



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7938 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

**POLÍTICAS AFIRMATIVAS E O ACESSO DA MULHER NEGRA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: TRAJETÓRIAS E INSURGÊNCIAS**

Átila Maria do Nascimento Corrêa - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados  
Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

## **POLÍTICAS AFIRMATIVAS E O ACESSO DA MULHER NEGRA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: TRAJETÓRIAS E INSURGÊNCIAS**

GT 21 – Educação e Relações Étnico-Raciais

### **INTRODUÇÃO**

Esse artigo é um recorte de uma pesquisa finalizada do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação, Relações Étnico-raciais e Formação de Professores (GEPRAFE) realizada no período de 2012 a 2016.

A lei 12.711 de 29 de agosto de 2012, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Essa lei reserva no mínimo cinquenta por cento das vagas destas instituições para estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas. Destas vagas, no mínimo cinquenta por cento será reservada a estudantes com renda per capita familiar bruta igual ou inferior a um inteiro e cinco décimos do salário mínimo obedecendo à proporção de negros, pardos e indígenas da unidade da federação a que pertencem às universidades. Pela primeira vez o Estado Brasileiro reconhece a necessidade de uma postura ativa das instituições para inclusão destas populações no ensino superior. Reconhece também a existência de dois tipos de desigualdades que podem afetar o ingresso nestas instituições: as desigualdades econômicas e as étnico-raciais.

A implementação das políticas afirmativas são frutos das reivindicações feitas ao longo da História do Movimento Negro Brasileiro desde a década de 1930 ao denunciarem o racismo, a discriminação racial e as desigualdades sociais que permaneceram no Brasil após o período escravocrata.

Os estudos sobre o acesso das mulheres na educação superior são recentes, segundo Guedes (2008), esse aumento se deve a expansão da escolaridade e ao crescimento do número de vagas nas universidades na década 1970, o que acaba rompendo com a tradição masculina universitária e faz com que, de minoria nesses espaços, a população feminina passe a representar uma maioria, mais especificadamente nos anos 2000.

O trabalho está alicerçado no movimento de resistência, teórico e prático, político e epistemológico que questiona a lógica da colonialidade, por meio da noção de “giro decolonial”. A partir dos estudos dos pesquisadores do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), formado no final dos anos 1990, por intelectuais latino-americanos de diferentes universidades das Américas que articulado com os estudos sobre as políticas afirmativas no Brasil mostram um movimento de insurgência das mulheres negras que ingressam à educação superior e passam a ocupar um espaço cujo o acesso foi negado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação superior; Políticas Afirmativas; Acesso; Mulher negra.

## **AS CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS PÓS-COLONIAIS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS**

Entendemos com Quijano (2005) a ideia de raça, racismo e hierarquização de pessoas, sociedade e culturas que se construiu a partir da colonização, são as bases de acumulação de capital em escala mundial e das relações de poder do sistema-mundo, e envolvem o controle do trabalho, Estado, Instituições e produção do conhecimento.

A Colonialidade do Saber, se caracteriza pela adoção fortemente presente na atualidade, pelas sociedades periféricas da lógica do eurocentrismo com pressuposto teórico e metodológico para produção de seus respectivos conhecimentos. Quijano (2005), explica que o pensamento intelectual que emergiu da modernidade, produziu um modelo de conhecimento e um modo de como elaborá-lo que torna evidente o “padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocêntrico”. O autor continua, sublinhando que tal conhecimento está fundamentado no eurocentrismo, cuja sistematização iniciou na Europa ocidental durante o século XVII e que nos anos seguintes se tornou mundialmente hegemônico percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. A Colonialidade do saber está articulada ao universalismo, sexismo e ao racismo.

Nesta perspectiva as práticas e deslocamento decoloniais pressupõem a concepção de mundo, superando os conhecimentos/colonialidades estabelecidos pela racionalidade fundada a partir da Modernidade. (QUIJANO, 2005). Além da construção de novas epistemes, a partir de saberes silenciados, invisibilizados, subalternizados, são eles os conhecimentos das mulheres, negros/as africanos/as e da diáspora, ameríndias/os, asiáticas/os, aborígenes e tantos outros que habitam as periferias do sistema-mundo.

O acesso de mulheres negras ao Ensino Superior reconhecedoras de seu lugar social oprimido e lugar epistêmico subalternizado tem produzido tensionamentos, questionamentos e denúncias contra a matriz eurocêntrica do conhecimento. Como consequência o compromisso ético, étnico-racial e político dessas mulheres tem exigido a abertura do campo das Ciências Sociais para produção de epistemes deslocadoras e contra hegemônicas.

Ao marcar seu *locus* de enunciação a mulher negra vai de encontro a paradigmas eurocêntrico hegemônico que universaliza sujeitos, sob a falácia de que todos são iguais, possuem os mesmos direitos e o sucesso depende individualmente do esforço de cada um. O *locus* de enunciação expõe as hierarquias raciais, de classe, gênero, sexuais, as quais o corpo

desta mulher está submetido.

O discurso eurocêntrico ao hierarquizar as pessoas, produziu desde a escravidão, a ideia de que a mulher negra é destituída de vontade, subjetividade, pronta a servir e destituída de voz. Objeto de uma economia de prazer e do desejo. (BELL HOOKS, 2018). Nesse sentido, a produção do conhecimento precisa ser sempre situada, ou seja, se há epistemologia dominante embora revestida de neutralidade, que é ocidental, masculina e branca. Onde estão situados os outros modos de conhecer, viver, ser e existir?

As trajetórias e insurgências de mulheres negras no Ensino Superior podem ser consideradas como uma luta decolonial, a partir da qual, são identificados os discursos hegemônicos e elaboradas novas epistemologias alicerçadas em vivências, saberes, produções teóricas e políticas de mulheres subalternizadas, cujas habilidades de produção de teorias, até então não eram reconhecidas.

A chegada tardia das mulheres negras ao Ensino Superior desvela não apenas o efeito da dominação colonial, mas significa, também, deparar-se com o registro de múltiplas vozes, ações, sonhos que lutam contra a marginalidade, a discriminação, a desigualdade e buscam a transformação social. (COLLINS, 2019)

## **MULHERES NEGRAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: CORPOS INSURGENTES**

A presença de mulheres negras na educação superior é recente, resultado de anos de luta por visibilidade e pelo direito a educação. Os Movimentos Negros, de acordo com Gomes (2017), a partir da década de 1990, começam a se articular com mais força pelo direito a educação, com propostas de ações afirmativas ao invés de um discurso universal dentro da educação.

O Movimento Negro, enquanto forma de organização política e de pressão social – não sem conflitos e contradições – tem se constituído como um dos principais mediadores entre a comunidade negra, o Estado, a sociedade, a escola básica e a universidade. Ele organiza e sistematiza saberes específicos construídos pela população negra ao longo da sua experiência social, cultural, histórica, política e coletiva. (GOMES, 2017, p.19).

É importante ressaltar que dentro do Movimento Negro Unificado, sempre existiu o Movimento de Mulheres Negras (MMN), lutando pela visibilidade das questões de raça com intersecção de gênero, Silva (2000) destaca os principais momentos históricos de mobilização a partir do segundo encontro feminista latino-americano, destacando as lutas dessas mulheres e suas mobilizações.

Carneiro (2003), descreve a importância das lutas das mulheres negras e seus movimentos e como esse esforço pela afirmação de identidade e de reconhecimento social se deu para essas mulheres e como esses movimentos deslocam essa perspectiva para novos lugares.

Os efeitos do racismo e do sexismo são tão brutais que acabam por impulsionar reações capazes de recobrir todas as perdas já postas na relação de dominação. O efervescente protagonismo das mulheres negras, orientado num primeiro momento pelo desejo de liberdade, pelo resgate de humanidade negada pela escravidão e, num segundo momento, pontuado pelas emergências das organizações de mulheres negras e articulações nacionais de mulheres negras, vem desenhando novos cenários e perspectivas para as mulheres negras e recobrando as perdas históricas (CARNEIRO, 2003, p. 129).

Mesmo com esses novos espaços e perspectivas a educação brasileira segue excludente e de viés colonizado, desse modo visto o histórico de lutas dos Movimentos

Negros é importante ressaltar as mulheres além de sofrer com racismo, dentro desse sistema sofrem também com sexismo.

Ainda sobre a presença das mulheres negras na educação superior, a autora chama atenção para os resultados observados em sua pesquisa, onde essas mulheres se encontram mais presentes em cursos considerados femininos e menos prestigiados socialmente, logo menos concorridos.

## CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS

As lutas do Movimento Negro, juntamente com as lutas das mulheres por visibilidade política em busca de direitos romperam com as barreiras da exclusão e contribuíram para a democratização do acesso à educação superior, contudo é possível observar que essa democratização só aconteceu em determinados cursos, ou seja, nos cursos mais concorridos, a presença da mulheres negras é menor.

Com a implantação da Lei 12.711/2012 que prevê a reserva de vagas para negros/as, por meio das cotas raciais observou-se um movimento afirmativo para a democratização do acesso ao ensino superior e, o número de mulheres negras matriculadas tanto nos cursos de humanas, quanto nos de exatas, antes extremamente reduzidas, gradativamente passa a alterar esse cenário.

Desse modo, ressaltamos que a adoção das políticas afirmativas possui o potencial de modificar a trajetória das mulheres negras que foram marcadas pela pobreza e a racialização. O acesso à educação superior representa uma conquista e lutar para garantir a permanência e êxito na conclusão da graduação é um dever de toda a sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá

outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 ago. 2012.

CARNEIRO, S. Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n.49, p.117-133, 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948/11520> Acessado em: 22/09/2019.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.** Boitempo Editorial, 2019.

GUEDES, M.C. A Presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. **Hist. Cienc. Saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, supl. P. 117-132, 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702008000500006&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702008000500006&script=sci_abstract&tlng=pt) Acessado em 28 out. 2019.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. 154 p.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

QUIJANO, Anibal (2005). **Colonialidad y modernidad-racionalidad**. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/36091067/Anibal-Quijano-Colonialidade-e-Modernidade-Racionalidade>>. Acessado em 16 jan. 2020.

SILVA, Eliane Borges. Aparando as arestas, tecendo o fio: o movimento de mulheres negras e a construção do pensamento negro feminista. In: **I Simpósio Internacional - O Desafio da diferença: articulando gênero, raça e classe**, 2000, Salvador.

SILVA, E. P. **Estudantes negras cotistas: Um enfoque feminista negro decolonial sobre gênero e raça no ensino superior brasileiro**. 2018. 216f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.